



Direitos Humanos e o Comércio Internacional

Renata de Assis Calsing
Wilson Almeida
[Orgs.]

D'PLÁCIDO
EDITORA

Direitos humanos e o comércio internacional

Renata de Assis Calsing
Wilson Almeida
[Orgs.]



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2014, D'Plácido Editora.
Copyright © 2014, Os autores.

Editor Chefe

Plácido Arraes

Produtor Editorial

Tales Leon de Marco

Capa

Tales Leon de Marco

Diagramação

Bárbara Rodrigues da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido

Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte - MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-002

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Direitos humanos e o comércio internacional.

Calsing, Renata de Assis; Almeida, Wilson [Orgs.] -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8425-020-8

1. Direito Internacional 2. Comércio Internacional 3. Direito I. Título II. Artigos

CDU347

CDD 342

Agradecimentos

Essa publicação é fruto dos esforços de professores e estudantes do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília, comprovando tanto a sua vocação humanística, oriunda da milenar tradição cristã, quanto a perene preocupação com os fenômenos da atualidade, como os constantes incrementos no comércio internacional.

Os resultados apresentados também se afinam com o projeto de pesquisa “Observatório de Efetivação de Direitos Humanos”, aprovado e fomentado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPQ), que busca através da realização de pesquisas teóricas e empíricas demonstrar os entrelaçamentos e nuances existentes entre os direitos humanos e o comércio internacional.

Assim, agradecemos efusivamente, por todo apoio e incentivo, o CNPQ e A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo a certeza que seus auxílios foram inestimáveis para a construção desta obra coletiva.

*Renata de Assis Calsing
Wilson Almeida*

Sumário

CAPÍTULO 1

Julgamento da corte interamericana de direitos humanos no caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha Do Araguaia”) contra o Brasil: um avanço para a efetivação dos direitos humanos

Dra. Renata de Assis Calsing

Túlio Belchior Mano da Silveira

Júlio Edstron Secundino Santos.....9

CAPÍTULO 2

Los derechos humanos y los derechos fundamentales desde una particular perspectiva histórica, española y europea

César Gómez-Barthe Celada.....37

CAPÍTULO 3

Programa Mais Médicos à luz da Constituição Federal de 1988 e dos direitos humanos: um caso de crime de responsabilidade?

Hudson Couto Ferreira de Freitas.....61

CAPÍTULO 4

O caso do templo Preah Vihear: uma análise do julgamento pela corte internacional de justiça sob a luz dos direitos humanos

Renata de Assis Calsing

Caroline Lima Ferraz.....75

CAPÍTULO 5

Direitos fundamentais, posse e moradia

Leonardo Galvani.....91

CAPÍTULO 6

A possibilidade jurídica de processamento dos crimes de tortura no Brasil como medida de concretização da justiça transicional (Uma analogia com a Argentina)

Joel Arruda de Souza.....109

CAPÍTULO 7

Direitos humanos e meio ambiente: o caso Gabcikovo x Nagymaros

Renata de Assis Calsing

Luiza Lourdes Pinheiro Leal Nunes Ferreira.....125

CAPÍTULO 8

A China como parceira no campo de Libra: uma maior aproximação sino-brasileira

Dayana Almeida Fraga Sampaio.....139

CAPÍTULO 9

Acordo sobre medidas de investimentos relacionadas ao comércio - TRIMs e o impacto causado ao comércio internacional nos países em desenvolvimento

Fabiana Teixeira Albuquerque Keller

Wilson Almeida153

CAPÍTULO 10

A guerra do gás e as consequências para o direito internacional

Antônio Alexandre Pereira Junior.....163

CAPÍTULO 11

Aspectos jurídicos e a crise política resultante do processo de suspensão do paraguai e integração da Venezuela no MERCOSUL

Wilson Almeida

Hadassah Laís Santana.....189

CAPÍTULO 12

Bioprospecção e contratos: incertezas no âmbito executório e jurídico

Rosângela Cunha de Menezes

Wilson Almeida.....205

CAPÍTULO 13

Padrões trabalhistas em tratados de comércio internacional: uma barreira aos países em desenvolvimento ou avanço na proteção da dignidade da pessoa humana?

Wilson Almeida

Jeanne Carvalho de Araújo Colares

Hadassah Laís de Sousa Santana.....225

CAPÍTULO 14

Barreiras comerciais e o regime de comércio exterior da federação da Rússia

Marcelo Pereira Cruvinel.....245

CAPÍTULO 15

O alcance das normas internacionais de direitos humanos e o multiculturalismo emancipatório

Lara Gabriele Grança Corado

Karla Neves Faiad

Fabício Jonathas Alves da Silva.....259

PREFÁCIO

Professores, pesquisadores e alunos do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília construíram conjunto de ensaios que explora o tema dos Direitos Humanos com recorrente interlocução com assuntos de comércio internacional. O resultado, que revela pesquisa acadêmica de superlativa qualidade, confirma também uma das características do programa: forte no espírito humanitário da mantenedora compreende-se a experiência jurídica como um campo para promoção da dignidade do homem, núcleo da mensagem cristã.

Produto parcial dessa vocação institucional para a pesquisa é o que leitor tem em mãos. A coletânea é aberta com interessante estudo sobre o *Caso Gomes Lund*, que faz referência ao episódio da *Guerrilha do Araguaia*, de triste memória histórica. Do ponto de vista da dogmática, a matéria, do modo como decidida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, suscita necessidade de revisão de julgamento de nosso Supremo Tribunal Federal, para o qual a lei de anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) fora efetivamente recepcionada pela Constituição de 1988.

No entender da Corte Interamericana de Direitos Humanos há incompatibilidade entre nossa lei de anistia e a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, que é de 1969, e da qual somos signatários. O ensaio retoma essa inconsistência, com forte marca historiográfica.

O problema tem ressonância, ainda não foi resolvido. Discussões relativas à Comissão da Verdade, seu papel, função, limites, competência, apontam para uma pronta necessidade de retomada do fio perdido. Para muitos, a decisão do Supremo Tribunal Federal – questionada no *Caso Gomes Lund* – colocou uma pá de cal na questão. E para muitos outros, a decisão da Corte de San José é prova absoluta de que

o assunto deveria ser retomado, sob outra ótica, com outro sentido, propiciando-se uma releitura e - - ao mesmo de tempo - - uma imaginária catarse para com o passado. A história do direito deixa de ser aquele imaginário guarda-roupa no qual cabem todas as fantasias. No ensaio sobre o *Caso Gomes Lund*, e seus reflexos para com nossa lei de anistia, optou-se por opção historiográfica reveladora de um corajoso encontro com o passado.

O tema dos direitos humanos, com referencial histórico, também matizou ensaio sobre justiça de transição, em contraponto com o modelo argentino. Discute-se a possibilidade jurídica de processamento de dos crimes de tortura no Brasil. O autor do ensaio problematiza as opções normativas de correção de rotas historiográficas, com referência recorrente à dogmática dos direitos fundamentais. O problema atinge miríade de países que vivem a transição para o modelo democrático.

Em outro ensaio, estudou-se recente atuação de nossa diplomacia no MERCOSUL. A movimentação brasileira com o objetivo de suspender a permanência do Paraguai no MERCOSUL fora justificada, no plano jurídico, pelo contexto vazio de arranjos institucionais democráticos, que teria possibilitado a deposição de Fernando Lugo. A coletânea apresenta ensaio que trata do assunto, forte na análise da validade (ou não) da movimentação brasileira, hostil ao Paraguai, no contexto dos acordos de Assunção, Ushuaia e Las Lenas.

Há também ensaio sobre o alcance das normas internacionais de direitos humanos, em contexto cultural que os autores nominam de multiculturalismo emancipatório. O assunto também fomentou estudo valiosíssimo sobre o *Caso do Templo Preah Vihear*, que opôs cambojanos e tailandeses, conflito decidido pela Corte Internacional de Justiça. Os autores insistiram na importância da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória, como chave hermenêutica para a compreensão (e resolução) do problema.

Centrada a questão dos direitos trabalhistas em um contexto contemporâneo de direitos fundamentais, a coletânea apresenta ensaio avaliando os padrões trabalhistas em tratados de comércio social. A cláusula social, cuja tendência de uso generalizado é constante, revela-se como importante mecanismo inibidor do *dumping* social. Essa última técnica tem fomentado a inserção de produtos orientais em vários lugares do mundo. Há denúncias de situações precaríssimas de trabalho. Concele-se uma cruzada mundial para combate desse gravíssimo problema.

Questões de fundo econômico foram exploradas em ensaio que tratou da guerra do gás e respectivas consequências para o comércio

internacional. A partir de divergência havida entre Brasil e Bolívia o ensaísta explorou a evolução de tratados internacionais. O caso concreto explorado alastrou-se da década de 1930 até o início do século XXI. Nossas relações diplomáticas com a Bolívia passaram por recorrentes situações difíceis, por força de desentendimento sobre a exploração do gás em região limítrofe entre os dois países.

Assunto conexo, relativo à bioprospecção e contratos derivados, fora também tratado por ensaio que avaliou os marcos regulatórios com os quais contamos com a Conversão sobre Diversidade Biológica e os Acordos TRIPS. Mecanismos de internalização de externalidades negativas, com o objetivo de se alcançar patamares desejáveis de preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético do País foram tratados.

A aproximação entre os direitos humanos e o meio ambiente foi também explorada em ensaio que tratou dos desdobramentos de descumprimento de tratado internacional ambiental assinado originalmente entre Hungria e Tchecoslováquia (caso *Gabikovo/Nagymaros*). Houve tensão por conta de tratativas que disciplinavam o uso comum do Rio Danúbio. A questão foi levada à Corte Internacional de Justiça, cuja decisão fundamenta o núcleo discursivo do ensaio.

No livro aqui prefaciado há ensaio que explora o tema das barreiras comerciais no contexto do direito comparado, à luz da experiência russa. Dá-se continuidade a projeto do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília, em contínuo diálogo com parceiros que refletem desenvolvimento e potencialidades simétricas às nossas; refiro-me aos BRICS.

O ensaio *Barreiras Comerciais e o Regime de Comércio Exterior da Federação da Rússia* parte do novo modelo tributário da Federação Russa. Esse esforço redundou na admissão e na entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio. O ensaio explora o afastamento do modelo russo – preso às amarras de uma legislação arcaica e refratária ao desenvolvimento das relações econômicas – e hoje em permanente quadro de transformação, o que tem aparentemente propiciado o fortalecimento das relações econômicas russas. Nas entrelinhas do texto, interessantes indagações relativas às vantagens que a Rússia poderá auferir, associando-se à OMC. Há lições que devemos aprender.

No mesmo campo temático – BRICS – há ensaio que tratou das aproximações entre Brasil e China, focada esta última como parceira na exploração do campo de Libras. Realça-se a importância de nossa

aproximação com os chineses, situação que presentemente é constatada em inúmeras parcerias, inclusive com o objetivo de construção de veículos de exploração sideral comum.

O comércio internacional afeto aos países em desenvolvimento foi objeto de ensaio que problematizou acordos sobre medidas de investimento relacionadas ao comércio de bens (TRIMs, na casuística da nova *lex mercatoria*). O assunto é relativo à regulamentação dos investimentos internacionais o qual, segundo os autores, não se revela como um problema novo. Questiona-se, no limite, se países em desenvolvimento quanto quantitativa e qualitativamente em desenvolvimento econômico na medida em que participam desse tipo de acordo.

Matérias de âmbito mais interno são tratadas à luz do tema do Programa do Governo Federal *Mais Médicos*, no contexto de hipotética tipificação do crime de responsabilidade, por parte de alguns atores que circundam no referido projeto governamental, em andamento. Cuida-se do direito à saúde, como direito fundamental. De igual modo, ensaio que vincula direitos fundamentais, posse e moradia. Retoma-se o instituto da *posse*, de feição romanística, travando-o com o art. 6º da Constituição Federal; para o autor, o mecanismo proposto deve atender prioritariamente o hipossuficiente.

Essa síntese revela a multiplicidade dos temas estudados, e que todos radicam nas relações entre os direitos humanos e a ordem normativa internacional. O livro desdobra-se em uma quádrupla função editorial: expõe a produção dos pesquisadores do Programa do Mestrado em Direito da UCB, enfrenta problemas contemporâneos que esperam orientações da Academia para a formulação de arranjos institucionais eficientes, traduz a aproximação entre professores e alunos, bem como comprova a construção de pontes institucionais, dado o número de ensaístas de outros núcleos acadêmicos e, finalmente, consubstancia a orientação institucional da Universidade Católica de Brasília, centrada na emancipação e na promoção da dignidade do ser humano.

Brasília, primavera de 2014.

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

Livre-Docente em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da

Universidade de São Paulo-USP

Consultor-Geral da União

Professores, pesquisadores e alunos do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília construíram conjunto de ensaios que explora o tema dos Direitos Humanos com recorrente interlocução com assuntos de comércio internacional. O resultado, que revela pesquisa acadêmica de superlativa qualidade, confirma também uma das características do programa: forte no espírito humanitário da mantenedora compreende-se a experiência jurídica como um campo para promoção da dignidade do homem, núcleo da mensagem cristã.



D'PLÁCIDO
EDITORA

www.livrariadplacido.com.br

ISBN 978-85-8425-020-2



9 788584 250202